Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Dias, Mário Caldeira, 1951-

A questão da pobreza : uma abordagem de síntese

http://hdl.handle.net/11067/8350
https://doi.org/10.34628/MCDH-0Q15

Metadados

Data de Publicação 2025

Resumo O texto do presente artigo procura analisar o fenómeno da pobreza nas suas várias dimensões. Analisa também as suas causas, os seus conceitos, indicadores e formas de a medir. Descreve as estatísticas relevantes e as medidas de política, instituições e agentes que agem no concreto....

The texto of this article essays to analyse the poverty problem in its several forms and analyses also the causes, the relevant concepts, indicators and the ways of measuring it. Describe the relevant statistics, the policy measures, institutions and the actors who plays the concrete actions....

Editor Universidade Lusíada Editora

Palavras Chave Pobreza - Condições sociais, Pobreza - Condições económicas

Tipo article

Revisão de Pares yes

Coleções [ULL-FCEE] LEE, n. 39 (2025)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-29T23:02:53Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

Mário Caldeira Dias
Universidade Lusíada (Lisboa)
mcdias@lis.ulusiada.pt | 2010-5823-CB63

Submetido em 05/12/2025 • Aprovado em 19/01/2026 • Publicado em 02/03/2026

A questão da pobreza: uma abordagem de síntese

The question of poverty: a synthesis analysis

doi 10.34628/MCDH-0Q15

Resumo: Este artigo aborda a pobreza como fenómeno social estrutural e multidimensional, analisando conceitos, causas e indicadores que sustentam a sua compreensão. Distingue pobreza absoluta, ligada à insuficiência de recursos básicos, e pobreza relativa, associada à exclusão face a padrões sociais, explorando ainda variantes como pobreza rural, urbana, envergonhada, por opção, exclusão social e pobreza subjetiva. São apresentados dados recentes de Portugal (2024–2025), incluindo taxas de privação material e social, risco de pobreza e desigualdade (Índice de Gini), evidenciando o papel decisivo da educação e do emprego na redução da vulnerabilidade. O estudo identifica determinantes estruturais – insuficiência de rendimentos, falta de voz política e vulnerabilidade a choques externos – e propõe a análise de ativos humanos, naturais, físicos, financeiros e sociais como fatores de saída da pobreza. Referem-se relatórios internacionais (Banco Mundial, PNUD) que sublinham a ligação entre pobreza, desenvolvimento e prosperidade, bem como os impactos das alterações climáticas. Por fim, discute-se o papel dos diferentes modelos de Estado Providência e das políticas sociais, destacando a relevância de projetos integrados e da ação de ONG e instituições na construção de estratégias sustentáveis de combate à pobreza.

Palavras-chave: Pobreza | Rendimento | Desenvolvimento | Políticas sociais | Emprego.

Abstract: This article addresses poverty as a structural and multidimensional social phenomenon, analysing concepts, causes and indicators that underpin its understanding. It distinguishes between absolute poverty, linked to a lack of basic resources, and relative poverty, associated with exclusion from social norms, while also exploring variants such as rural poverty, urban poverty, shameful poverty, poverty by choice, social exclusion and subjective poverty. Recent data from Portugal (2024–2025) are presented, including rates of material and social deprivation, risk of poverty and inequality (Gini index), highlighting the decisive role of education and employment in reducing vulnerability. The study identifies structural determinants – insufficient income, lack of political voice and vulnerability to external shocks – and proposes the analysis of human, natural, physical, financial and social assets as factors for escaping poverty. Reference is made to international reports (World Bank, UNDP) that highlight the link between poverty, development and prosperity, as well as the impacts of climate change. Finally, the role of different models of the welfare state and social policies is discussed, highlighting the relevance of integrated projects and the action of NGOs and institutions in building sustainable strategies to combat poverty.

Keywords: Poverty | Income | Development | Social policy | Employment.

Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Ouriginal Texto submetido à plataforma de deteção de similaridade e plágio OURIGINAL.

Os textos que constituem esta obra seguem, por decisão do respetivo autor, a antiga ou a atual grafia.

O conteúdo desta obra é da exclusiva responsabilidade do seu autor e não vincula a Fundação Minerva | Universidade Lusíada.

A pobreza constitui, de acordo com o conceito de Durkheim, um facto social sobre o qual se poderá ter alguma influência social ou das políticas públicas.

É um fenómeno endémico e permanente nas diversas sociedades.

Bruto da Costa define a pobreza como uma situação dependente da falta de recursos que terão de ser de variada natureza – naturais, financeiros, pessoais, sociais… Alguns recursos podem ser oferecidos por diversas organizações e pelos Governos que o queiram fazer.

Existem vários tipos de pobreza com eventuais zonas de sobreposição e que têm sido objecto de estatísticas, estudos, seminários, estudo conceptual e metodológico e análises por parte de organizações nacionais e internacionais. Frequentemente, a propósito da abundância destas iniciativas, a pobreza é revisitada sem consequências significativas. Aliás o dia internacional para a erradicação da pobreza é a 17 de outubro.

Os conceitos de pobreza mais conhecidos são os de pobreza absoluta e relativa. A pobreza absoluta prende-se com a questão da sobrevivência. Os recursos disponíveis não são suficientes para assegurar a satisfação das necessidades básicas o que pode causar, a prazo, a falência física dos pobres o que se pode referir à ausência pura e simples de recursos ou à sua utilização disfuncional.

A pobreza relativa significa que comparamos a disponibilidade de recursos com determinados padrões pré-definidos. As diferenças acolhem os conceitos de desigualdade ou de classes sociais ou mesmo dos estatutos profissionais.

Segundo Luís Capucha são pobres, em sentido relativo, os indivíduos ou famílias cujos recursos materiais, culturais e sociais os excluem dos modos de vida aceitáveis em determinadas sociedades.

Estes dois conceitos de pobreza decorrem de uma tradição socioeconómica que se relaciona com as formas de distribuição dos recursos nos quais os

rendimentos e os perfis de consumo assumem um papel relevante. Os perfis de consumo podem detectar a presença percentual de bens normais (aptos para a satisfação de necessidades básicas) que indicam a situação dos indivíduos ou famílias. Por exemplo o que significa quando a alimentação consome uma parte substancial do rendimento.

Para além da situação socioeconómica também se pode referir a abordagem culturalista que se refere a comportamentos individuais inseridos numa comunidade ou grupos que praticam a cultura da pobreza em áreas como sejam, a título de exemplo, os grupos étnicos, as zonas de depressão sectorial, as zonas de declínio das actividades tradicionais, o subdesenvolvimento e despovoamento rurais, as áreas urbanas problemáticas ou degradadas, os grupos marginais como os sem abrigo ou os toxico dependentes. Claro que a cultura da pobreza pode originar uma cultura da dependência segundo a qual as pessoas responsabilizam o contexto pela sua situação em detrimento das suas capacidades efectivas ou potenciais para contribuírem para a sua própria saída da situação de pobreza.

O contexto adverso a estas comunidades ou grupos reforça os seus laços internos no sentido da sobrevivência dos seus valores. O encerramento destas comunidades ou grupos sobre si próprios inclui uma componente de falta de qualificações e de condições para o encontrar de alternativas fora desses grupos ou comunidades.

A escassez e a instabilidade das condições de vida marcam as reacções negativas face às instituições tanto mais que os recursos disponíveis não suportam os esforços de interacção.

Os conceitos de pobreza admitem especificações como sejam a análise da pobreza urbana, da pobreza rural, da exclusão social, da pobreza envergonhada e da pobreza por opção.

Uma breve nota sobre cada uma:

Pobreza em meios rurais – resulta do envelhecimento e da desertificação, na falta de acesso ao emprego e à formação, na falta de transporte e de serviços sociais e outros que conduzem ao isolamento. As pensões muito baixas completam este quadro. Os respeitos pelos valores tradicionais suportam formas de interajuda comunitárias.

Pobreza em meios urbanos degradados nas periferias das grandes cidades – revelam as más condições de habitação. Os baixos e instáveis rendimentos conduzem a famílias desorganizadas ao trabalho clandestino que não se conjuga com a saída da pobreza na medida em que os jovens com elevado insucesso escolar caem frequentemente em situações de risco.

Pobreza envergonhada – resulta de um conflito entre a identidade pessoal (o self) e identidade social (a forma como os outros nos veem). Por isso, as pessoas são pobres em silêncio com o objectivo de que outros não os vejam como pobres.

Pobreza por opção – Pessoas que de acordo com os seus princípios normativos usam os recursos disponíveis com parcimónia ou então, por questões de poupança ou mesmo avareza, vivem como pobres sem o serem de facto.

Exclusão social – Está em causa o conjunto de laços que dão coesão a uma determinada sociedade. A exclusão social é o contrário do processo de integração social. Significa uma ruptura dos laços que ligam os indivíduos ou conjuntos de indivíduos à sociedade. Este processo, segundo Luís Capucha, constitui uma realidade multidimensional – económica, social e política de carácter cumulativo e estrutural fora dos valores dominantes da sociedade. A globalização, o desemprego, a idade, a evolução tecnológica e a falta de qualificações estão entre as causas deste romper sucessivo dos laços sociais.

Uma das formas mais evidentes da exclusão social são os sem abrigo (cerca de 13.500 segundo relatório da Caritas sobre pobreza e exclusão social) relativamente aos quais se acumulam os efeitos negativos e interactivos dos chamados 4D – desemprego, divórcio, drogas nas quais se insere o alcoolismo e doença que desembocam na perda da casa e da relação familiar e, em consequência, dos outros laços com a sociedade.

Num outro conceito de pobreza, considera-se a pobreza subjectiva. Segundo Giddens, alguns investigadores consideram que medir a pobreza apenas em termos de rendimentos subestima a verdadeira extensão dos efeitos negativos da pobreza. Neste caso faz-se apelo a critérios subjectivos na apreciação da pobreza. Suscita-se nas pessoas o identificar dos rendimentos necessários para sustentar adequadamente o seu agregado familiar de acordo com os vários itens que compõem a satisfação das respectivas necessidades. As necessidades identificadas por este método excedem, em regra, mais de 50% os mínimos considerados pelo Governo para a atribuição de subsídios.

As necessidades propostas nos primeiros as necessidades identificadas chegaram a ser 26 embora as 5 mais importantes fossem a alimentação, a existência de sanita e banheira, uma cama por pessoa ou casal e a ausência de humidade.

Se a pobreza subjectiva resultar de uma inquirição à sociedade não pobre no sentido de identificar quanto é que está disposta a pagar para eliminar a pobreza então teremos o conceito financiável da pobreza.

Uma das formas de objectivar as análises subjectivas da pobreza traduz-se num outro tipo de abordagem que é o das taxas de privação material e social que verificam as carências num conjunto previamente definido de necessidades. A privação material severa surge deste tipo de análises.

O INE considera, embora haja outras versões, que a privação material severa acontece quando não se tem acesso a 7 de treze itens e a privação material quando não se tem acesso a 5 desses itens que são – a) capacidade para assegurar uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza, b) capacidade para pagar uma semana de férias fora de casa, por ano, c) capacidade para pagar uma renda ou uma prestação de crédito, d) a capacidade para ter um refeição de carne ou peixe de 2 em 2 dias, e) capacidade para ter aquecimento, f) capacidade para ter máquina de lavar roupa, g) capacidade para ter televisão a cores, h) capacidade para ter telemóvel ou telefone fixo, i) capacidade para ter um automóvel. Acrescenta-se, ainda, a capacidade para substituir o mobiliário e a roupa, a capacidade para ter 2 pares de sapatos, para estar com os amigos uma vez por mês e o acesso à internet para uso pessoal.

A taxa de privação severa em 2024, em Portugal foi de 4,3% sendo o 14º da EU a 27. Apresenta uma tendência descendente moderada, mas sustentada tal como a taxa de pobreza

Este conceito é bem mais lato que o de pobreza absoluta embora uma pessoa em pobreza absoluta pudesse responder a esta inquirição certamente para um número bem mais elevado de itens, diferente de pessoa para pessoa e consentâneo com a privação no que se considerassem ser as necessidades essenciais e bastante longe de muitos dos itens propostos.

Em Portugal, em 2025 com valores de 2024, de acordo com o Relatório da Caritas, a privação material e social abrangeu 1.170.000 pessoas e a privação material e social severa 458.000 pessoas. Esta última taxa é maior nas pessoas com habilitações até ao 9º ano (7,7%) quando nas pessoas com o ensino superior baixa para 0,5%. De facto, a educação é um elevador social. É mais alta para

pessoas com 65 anos ou mais (6,5%), nos desempregados (16,2%) e reformados (6,1%)- Para os empregados é apenas de 2,0%. O emprego e o acesso ao rendimento que ele permite, constitui a principal via para a saída da pobreza embora 1 em cada 10 trabalhadores seja pobre devido naturalmente aos baixos salários e à situação dos outros membros da família.

O nº de pobres (com um rendimento inferior a 632 euros eram 1,8 milhões de pessoas que correspondem a 16,6%, em 2024. 25,7% dos pobres tinham um rendimento inferior em um quarto ao limiar de pobreza (taxa de intensidade da pobreza).

O INE através do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento estima que o risco de pobreza (abaixo dos 60% do rendimento mediano por adulto) estima para 2024 uma taxa de 16,6% da qual 22,7% para os que possuem o ensino básico, 5,8% com o ensino secundário ou pós-secundário. Para os empregados o risco de pobreza é de 9,2% em 2023, o que é consistente com o afirmado a propósito das taxas de privação. Os desempregados e os reformados continuam com os maiores riscos de pobreza. (46,7% e 15,4% em 2022)

Uma forma de medir a desigualdade que pode estar na base da explicação da pobreza reside na comparação entre os 10%, 20%… ou até 50%. O Indice de Gini situava-se nos 33,7%.

Vale a pena referir que que, em 2024, a taxa de risco de pobreza era de 40,3% diminuindo para 21,4% após o pagamento de pensões e para 16,6% após todas as transferências sociais (rendimentos de 2023). De facto, as políticas sociais contam na luta contra a pobreza.

As causas da pobreza não são difíceis de encontrar na diversa literatura. De entre as várias possibilidades escolhemos o Relatório do Banco Mundial "Attacking Poverty" de 2000/2001:

- Falta de rendimentos e activos para satisfazer as necessidades básicas como comida, abrigo, roupa e níveis aceitáveis de educação e saúde;
- Sentimento de falta de voz e poder nas instituições do Estado e da sociedade;
- Vulnerabilidade perante choques adversos e incapacidade para lidar com eles (desastres naturais, por exemplo).

Para compreender as determinantes da pobreza em todas as suas dimensões ajuda pensarmos em termos dos seus activos e da produtividade e da

validade dos seus retornos.

Estes activos são diversos:

- Activos humanos, ou seja, a capacidade para um trabalho básico, competências e boa saúde;
- Activos naturais tal como a terra;
- Activos físicos como o acesso a infraestruturas:
- Activos financeiros como poupanças e crédito;
- Activos sociais como redes de contactos, influência política e obrigações recíprocas perante situações de necessidade.

Esta descrição é detalhada e actual sem esquecer que o emprego e as qualificações continuam a ser os principais catalisadores da saída da pobreza e que as qualificações, hoje em dia, fazem um apelo a uma maior componente tecnológica para evitar os info excluídos.

Em 2024 surgiu o Relatório do Banco Mundial sobre Pobreza, Prosperidade e Planeta que em nada contraria o atrás referido. Simplesmente as suas prioridades acentuam as questões climáticas, o investimento em capita humano, físico e financeiro, o processo de transição e a prosperidade compartilhada, até porque a erradicação da pobreza tem conhecido um retrocesso.

Esta questão da prosperidade é de importância decisiva. A riqueza criada pode ser mal ou bem distribuída, mas não se pode distribuir o que não existe. O Estado apenas redistribuiu na medida em que a riqueza é criada na actividade económica. Segundo Stiglitz só existe mais bem-estar em países mais produtivos e esse aumento da capacidade produtiva consegue-se através da aprendizagem e da melhoria das qualificações.

Uma primeira linha de luta contra a pobreza concretiza-se nas políticas de sustentação do rendimento- Por exemplo em Portugal, o RSI o CSI, o subsídio de desemprego. As políticas de emprego, formação profissional (políticas activas que procuram alternativas), educação e saúde também contribuem para o mesmo desiderato.

Outra via, mais casuística, resulta da realização de projectos integrados de desenvolvimento em grupos ou zonas mais tocadas pela pobreza. A designação de integrado significa que a panóplia de instrumentos, deve ser adequada à complexidade dos problemas em causa. As ONG, as autarquias e as instituições públicas desempenham um papel relevante nestas iniciativas. Alguns destes projectos podem ter a natureza de projectos piloto.

Contudo, a nível mais macro, existe uma relação profunda e estrutural da pobreza com o desenvolvimento socioeconómico.

Dudley Seers no seu artigo "The Meaning of Development" considera diminuição da pobreza em conjunto coma diminuição do desemprego e a melhor distribuição do rendimento como sendo as medidas mais relevantes do processo de desenvolvimento (melhoria qualitativa de médio e longo prazos) e de acordo com um consenso intersubjectivo.

O PNUD, na mesma óptica, considera o IDH assente no nível do PIB per capita, nas taxas de envolvimento escolar e na longevidade. As metas quantitativas são fortemente influenciadas pela pobreza como por exemplo - % de pessoas que não devem ultrapassar os 60 anos, taxa de analfabetismo funcional de adultos, pessoas abaixo de 50% do rendimento médio e desemprego DLD.

A generalidade dos teóricos da teoria do desenvolvimento considera (Todaro, Ingham…) como grandes objectivos do desenvolvimento a satisfação das necessidades básicas o que pode significar que a utilidade social marginal da luta contra a pobreza absoluta é superior à da luta contra a pobreza relativa. Um outro objectivo centra-se na existência de oportunidades com liberdade de escolha privilegiando a capacitação individual como contraponto à igualização passiva das pessoas. Por último, a consequência micro do processo de desenvolvimento deve traduzir-se na realização pessoal de cada um.

Em 2024 o Banco Mundial editou um relatório sobre Pobreza, Prosperidade e Planeta, afirmando que até 2030, 7,3% da população mundial ou 692 milhões de pessoas viverá em condições de pobreza extrema como resultado dos diversos conflitos e das alterações climáticas enquanto causas mais relevantes. Estabelece como prioridades o investimento em capital humano, físico e financeiro, o crescimento do rendimento compatível com a redução da poluição energética e a investigação das formas de erradicação da pobreza e a transição para a prosperidade num planeta habitável

A abordagem CDF do Banco Mundial – Comprehensive Development Framework – inclui nas suas 7 áreas prioritárias, o sistema de educação, o sistema de saúde e de infraestruturas que permitam um nível mínimo de bem-estar.

Uma referência à tentativa de instalar em Portugal, no pós 25 de Abril, uma estratégia de satisfação das necessidades básicas, com o patrocínio da OIT, e enquanto base do processo de desenvolvimento nacional e sectorial. Revelou-se com pouca aderência à realidade portuguesa no seu todo.

A luta contra a pobreza é fortemente influenciada pelos diversos modelos de Estado Social ou Estado Providência no qual se reconhece a existência de direitos sociais ou direitos de cidadania. O Estado Providência é reconhecido a partir do Relatório Beveridge e da obra de T S Marshall (Social Class And Citizenship) no início dos anos 40, segundo o qual os direitos de cidadania são direitos condicionados, ou de 2ª geração, pelos recursos existentes ao contrário dos direitos políticos e jurídicos que são incontornáveis. Significa que não existe fundamento para os chamados direitos adquiridos.

Nos países mais desenvolvidos de economia de mercado a natureza do Estado Providência condiciona fortemente o ataque ao fenómeno da pobreza.

No modelo nórdico ou universal o Estado procura o melhor para todos em que a pobreza tem os níveis mais baixos, implicando cargas fiscais elevadas. Já no Estado Providência liberal ou anglo saxónico os ricos relacionam-se com o sector privado e os pobres com os serviços públicos habitualmente de qualidade mais baixa. Os apoios sociais são segmentados com condições de recursos. O modelo Continental, conservador ou corporativo (França, Alemanha, Áustria, Holanda) existe uma relação privilegiada do Estado com determinados grupos como os funcionários públicos e os parceiros sociais. É favorável à coesão familiar e permeável à influência da Igreja.

Será que existe um modelo mediterrânico? Exemplificando com o caso português, semelhante a países como a Itália ou a Grécia identificam-se componentes como o nº elevado de pensionistas com pensões baixas, salários baixos e lacunas de qualificação na sua maioria, com uma presença significativa da obra social da Igreja Católica ao mesmo tempo que procura reproduzir componentes de outros modelos – uma ambição universalista mas com serviços públicos pouco eficientes e de inferior qualidade, uma atitude corporativa com alguns grupos e um sector privado cada vez mais forte com recurso a seguros de saúde.

Em todos os modelos as formas de distribuição de Polanyi estão presentes embora com geometria variável – o mercado mais ou menos coadjuvado pelas políticas sociais, a solidariedade propiciada pelas ONG e a centralização institucional suficiente para assumir o processo de recolha e distribuição de recursos. O Estado é essencialmente um redistribuidor.

Na frente da luta contra a pobreza salientam-se duas entidades – a Caritas Portuguesa e Rede Europeia Anti Pobreza.

Editaram relatórios em 2025 com dados de 2024 e 2024 com dados de 2023 com o mesmo título "Pobreza e Exclusão Social em Portugal" nos quais se faz uma caracterização detalhada da pobreza e exclusão recorrendo aos dados estatísticos disponíveis com comparações internacionais.

A Caritas, através do seu Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza, recolhe dados do atendimento nas paróquias que permitem identificar os grupos mais vulneráveis e os seus principais problemas que, em geral, se incluem na privação severa relativa a comida, roupa, renda de casa ou falta de habitação, água, luz, saúde, educação dos filhos e desemprego.

Documentação consultada

Aleixo, I. (1992) – Objectivo e Metodologia do II Seminário sobre a Pobreza. Ed. MTSS.

Andersen, Esping (1998) – The Three Worlds of Welfare Capitalism – Ed. PolitY Press.

Banco Mundial (2000/200) – World Development Report – Attacking Poverty – Ed. Banco Mundial.

Capucha, L. (2005) – Os Desafios da Pobreza – Ed. Celta.

Cartitas Portuguesa (2025) – Relatório sobre a pobreza e a Exclusão Social em Portugal. Ed. Cáritas Portuguesa.

Costa, B. (1992) – Mutações Sociais, Conceitos e Indicadores da Pobreza – II Seminário sobre a Pobreza – Ed. MTSS.

SOUSA, A., R. (2008) – De um Novo Conceito de Desenvolvimento no Quadro da Economia Internacional – Ed. ISCSP.

Seers, D. (1969) – The Meaning of Development – Institute of Development Studies.

Dias, M. C. (2013) – Sociologia Económica e a Sustentabilidade da Economia Social. Revista Economia e Empresa nº 17 – Universidade Lusíada Editora.

Estatísticas do INE, Pordata e Eurostat.

Guiddens, A. (2001) – Sociologia – Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.

Ingham, B. (1995) – Economics and Development – Ed. Mcgraw-hill.

OIT (1976) – LÉmploi, la Croissance et les Besoins Essentiels – Ed. OIT.

Rede Europeia Anti Pobreza (2024) – Relatório sobre a Pobreza e Exclusão Social em Portugal – Ed. Rede Europeia Anti Pobreza.

Siva, P. A. (1997) – O Modelo Político da Estado Moderno – Finisterra nº 24/25 – Ed. Finisterra.

Siva, P., A. (2000) – O Estado Providência Português num Contexto Europeu – Revista Trabalho e Sociedade nº 8/9 – pp 49-62 – Edição MTSS – Lisboa.

Stiglitz, J.; Bruce, G. (2017(- Por um Sociedade de Aprendizagem – Ed. Bertrand

Todaro, M. (2020 – 13ª edição) – Economic Development – Ed. Pearson.

Vinha, V. (2003) – Polanyi e a Nova Sociologia Económica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social – Econômica, v.3, nº 2.